

Agente sai em defesa de colegas após denúncia de furto em Viracopos

Funcionário publicou vídeo após influenciadora denunciar sumiço de relógio no aeroporto

@amandacastanham/Reprodução

Por Moara Semeghini

O Agente de Proteção da Aviação Civil, Wesley Henrique Costa de Deus, de 35 anos, publicou nas redes sociais um vídeo em defesa dos colegas de trabalho após a denúncia de suposto furto de um relógio de luxo no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP).

No vídeo, Wesley explica que o procedimento correto da chamada “função 1” durante a inspeção de bagagens e pertences dos passageiros, deve ser feito sempre sob supervisão do passageiro/proprietário e mediante autorização.

“Vamos esperar os fatos e as câmeras. Até que se prove o contrário, defenderei meus colegas e local de trabalho”, afirmou. A publicação foi divulgada pelo perfil Campinas Notícias no Instagram.

Wesley afirma que não acusa a empresária de mentir, mas levanta hipóteses sobre o que pode ter acontecido, como ela ter esquecido o relógio, por exemplo.

“Pode ter procedimento errado? Pode. Nem todo mundo trabalha 100% correto. E a minha defesa com os meus colegas de trabalho é sobre o fato da acusação. Vamos aguardar as câmeras. A partir daí, se quisesse divulgar e falar do Aeroporto de Viracopos e do procedimento o qual não se entende”, comentou.



Amanda Castanha denunciou furto de relógio de R\$ 28 mil após passar pelo raio-X de Viracopos

Influenciadora

O caso envolve a influenciadora Amanda Castanha, que relatou em um vídeo nas redes sociais o desaparecimento de um relógio Cartier Panthère Steel, avaliado em cerca de R\$ 28 mil, após passar pela área de raio-X do terminal na madrugada do último sábado (23), por volta das 5h30, quando desembarcava de um voo vindo dos Estados Unidos..

A Polícia Civil investiga o caso, registrado na 4ª Delegacia de Atendimento ao Turista (Deatur). Segundo a concessionária Aeroportos Brasil Viracopos, o aeroporto colabora com as investigações.

De acordo com Amanda, quando passava pelo controle de segurança, foi abordada por uma funcionária do aeroporto que informou que gravações não

eram permitidas naquele local. A influenciadora afirma que não tinha acionado qualquer câmera.

Ela disse também que quando foi revistada a mesma funcionária ficou observando-a insistentemente. Amanda disse ainda que seu marido viu a funcionária sinalizando objetos da bandeja com os pertences do casal para outro colaborador na tela do raio-X e que o funcionário se afastou com

o objeto para fora da vista dele e do casal.

Amanda afirmou ainda que só percebeu a falta do relógio ao chegar em casa, abrir a bolsa, e encontrar a caixa aberta sem o relógio dentro.

A influenciadora registrou boletim de ocorrência pela Delegacia Eletrônica. A Polícia Civil instaurou investigação formal para apurar o suposto furto ocorrido dentro do aeroporto. A ocorrência também foi registrada na 4ª Delegacia de Atendimento ao Turista (Deatur).

Investigação

Em nota, o Aeroporto Internacional de Viracopos afirmou que apoia as investigações e informou que seus processos seguem estritamente as normas vigentes. As autoridades solicitaram imagens das câmeras de segurança que cobrem tanto a área de inspeção quanto o trajeto percorrido pela influenciadora dentro do terminal. A Secretaria de Segurança Pública informou ao Correio da Manhã que a Polícia Civil investiga o suposto furto de um relógio dentro do Aeroporto de Viracopos, em Campinas. Segundo a SSP, imagens das câmeras de monitoramento do local e do trajeto da vítima foram solicitadas para análise. Os funcionários que atuavam na inspeção também deverão ser ouvidos durante a investigação.

Prédio do INSS será condomínio de moradia social

Google Maps/Reprodução

O prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na Rua General Osório será um condomínio de 35 moradias sociais, segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. O edifício possui 2 mil m² de área construída e já abriga 60 famílias. A ocupação começou em 7 de setembro de 2025, com moradores dos bairros Parque Oziel, Campo Belo e Jardim Telesp. Recebeu o nome de Palestina Livre! Elesbão Vive! e ocorreu sob a organização do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, em conjunto com 18 ocupações distribuídas por 16 estados. Integrantes do movimento visitaram os bairros para convidar moradores a ocupar o prédio, que estava, segundo os ocupantes, desocupado. Por já estarem no imóvel, estas 60 famílias têm prioridade na destinação dos apartamentos. Mas, a regra se aplica aos que cumprirem os critérios estabelecidos pelo pro-

grama Minha Casa, Minha Vida, do governo federal.

A portaria do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos estabelece ainda a cessão do prédio para obras de reforma e adaptação estrutural. Entidades sem fins lucrativos que possuem credenciamento no Minha Casa, Minha Vida - podem apresentar projetos. O prazo limite para o envio das propostas termina em 31 de maio, e o Ministério divulgará os selecionados em 12 de junho. O programa federal concede financiamento a famílias associadas para a construção ou reforma de habitações. O público-alvo é de famílias com renda de até R\$ 2.640 por mês. Mas, há permissão para que 10% dos beneficiários de cada projeto possuam rendimento de até R\$ 4.400 por mês.

Após o recebimento das chaves, as famílias poderão pagar em parcelas mensais pelo período de 60 meses (cinco anos). O valor da

prestação vai corresponder a um percentual da renda obtida pelos moradores. A Secretaria do Patrimônio da União indicou a utilização de imóveis públicos para o atendimento a famílias de baixa renda. O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas aponta que a portaria resultou da atuação dos movimentos sociais, mas afirma que a efetivação das moradias depende da liberação de verbas e de projetos pelo governo. Planeja a realização de atos e distribuição de panfletos para manter a mobilização das famílias e assegurar a entrega das unidades habitacionais. Segundo a União, a iniciativa visa encerrar uma disputa jurídica. Em dezembro de 2025, a 6ª Vara Federal determinou a reintegração de posse em ação movida pelo INSS. Em março, o Judiciário reconsiderou e remeteu o processo à Comissão Regional de Soluções Fundiárias da Justiça Federal que obteve conciliação entre as partes.



Prédio do INSS, Rua General Osório, 808, Centro de Campinas